



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ARAÇARIGUAMA

Araçariguama, 13 de maio de 2020.

Ofício nº 254/2020 – GP

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que foi sancionado:

• **LEI Nº 885 DE 13 DE MAIO DE 2020** referente ao Projeto de Lei Ordinária nº 043/2019, que foi encaminhado pelo autógrafo nº 1056/2020, que Dispõe sobre: “Acréscimos e alterações da Lei nº 109, de 03 de abril de 1995, que autoriza a realização de despesa em regime de adiantamento nos termos dos arts. 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64”.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.


JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR
Prefeito Municipal de Araçariguama

Ao Excelentíssimo Senhor
MOACYR DE GODOY NETO
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama

C. M. ARAÇARIGUAMA - SP
PROTOCOLO N.º 122/2020
EM 20 / 05 / 2020
HORA: 15:37h
ASS.: [assinatura]



LEI Nº 885 DE 13 DE MAIO DE 2020
AUTÓGRAFO Nº 1056 DE 12 DE MAIO 2020
PROJETO DE LEI Nº 043/2019

Dispõe sobre: "Acréscimos e alterações da Lei nº 109, de 03 de abril de 1995, que autoriza a realização de despesa em regime de adiantamento nos termos dos arts. 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64".

JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR, Prefeito do Município de Araçariguama, localizada no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

Art. 1º A Lei nº 109, de 03 de abril de 1995, que autoriza a realização de despesa em regime de adiantamento nos termos dos artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

"Art. 2º (...).

Parágrafo único. O agente político é proibido de receber numerário pelo regime de adiantamento.

Art. 3º (...):

(...);

04 – destinadas a despesas judiciais; (NR)

(...).

Parágrafo único. A aplicação do numerário deve respeitar a modicidade, em observância aos princípios constitucionais de economicidade e legitimidade, sem que as despesas possam ser classificadas como de valores vultosos.

(...).

Art. 4º (...):

a) selos postais, telegramas, lavagem de roupa, café, lanches, refeições, pequenos carros, transportes, conduções, pequenos consertos, aquisição avulsa de livros, jornais, revistas e outras publicações; (NR).

b) encadernações avulsas, materiais de desenho, em quantidades restritas e para uso imediato; (NR)

Art. 7º (...).



§ 1º O ordenador da despesa deverá autorizá-la mediante adequada motivação.

§ 2º No caso de viagens, deverá ser relatado e descrito, com clareza e especificação, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os agentes públicos municipais que dela participarão.

(...).

Art. 8º (...):

(...);

d) ciência do Secretário Municipal a que esteja vinculado hierarquicamente o requisitante.

(...).

Art. 11. (...):

(...).

§ 1º Os gastos serão comprovados mediante a apresentação de originais dos documentos relacionados na alínea "b" deste artigo.

§ 2º No verso dos comprovantes de despesa deverá constar o motivo de sua aplicação, a assinatura do seu responsável e a identificação da placa do veículo na situação de abastecimento de combustível.

§ 3º Os recibos de serviços de pessoa física devem identificar o prestador com a indicação do seu nome completo, endereço, RG, CPF, nº de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e número de inscrição no Cadastro Mobiliário do Município onde recolhe o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

§ 4º A comprovação dos gastos com viagens exige relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos dos eventos oficiais, tais como escolares, culturais, esportivos ou missões de representação municipal.

§ 5º No caso de viagens ao exterior, a prestação de contas do adiantamento será feita mediante a apresentação da passagem utilizada e/ou documentos de embarque, acompanhados dos comprovantes das despesas, aceitando-se, entretanto, em virtude de legislação específica de cada país, declaração de sua realização.

§ 6º Não serão aceitos comprovantes de gastos com alterações, rasuras, emendas ou com outros artifícios que prejudiquem a sua clareza.

§ 7º O sistema de Controle Interno emitirá parecer sobre a regularidade da prestação de contas.



§ 8º O servidor público que não prestar contas do numerário recebido no prazo do "caput" deste artigo, será notificado a prestar contas ou a devolver o numerário recebido no prazo de 30 dias, contado a partir do recebimento da notificação.

§ 9º Com o decurso do prazo de 30 (trinta) dias para prestação de contas ou devolução do numerário recebido, o órgão interno de tomada de contas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, expedirá nova notificação com prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do seu recebimento, para prestar contas ou devolver o numerário recebido, corrigido monetariamente, com multa de mora 1% (um por cento) ao mês, calculado a partir do encerramento do prazo de aplicação dos recursos recebidos a título de adiantamento.

§ 10 Se não houver prestação de contas ou devolução do numerário nos prazos concedidos, ficará proibido o recebimento da prestação de contas e o numerário recebido, com os acréscimos legais, será inscrito em Dívida Ativa, observando-se os termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

(...)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial os itens 01, 12, 13, 15 e 17 do art. 3º da Lei nº 109, de 03 de abril de 1995.

Araçariçuama, 13 de maio de 2020.


JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR
Prefeito Municipal de Araçariçuama
Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, na data supra


FRANCISCANO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Governo